

Industrialismo e Estrutura Familiar

ESTUDO CRÍTICO DE ALGUNS ASPECTOS DA
ANÁLISE FUNCIONALISTA

SÍLVIO MARCELO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

O problema que trataremos de examinar neste artigo diz respeito às formas de relacionamento entre o sistema industrial moderno e o tipo de estrutura familiar que analiticamente denominamos “família conjugal”. O assunto tem sido objeto de nosso estudo desde algum tempo e trataremos aqui de arrumar de alguma maneira uma série de notas reunidas sobre o tema.

Estaremos sendo honestos ao dizer desde logo que o trabalho tem muito de incompleto e que carece de maior aprofundamento. Procuraremos porém, como tentativa de compensar a brevidade do ensaio, completar a nossa análise em base a alguns dados de pesquisa de que dispomos.

O interrelacionamento entre o sistema industrial moderno e a família conjugal, tema central do trabalho, pode ser estudado dentro do marco de referência bastante amplo da teoria do desenvolvimento econômico-social ou, mais especificamente, dentro da teoria que examina o relacionamento entre ordens institucionais diferentes, teoria formulada principalmente por Hans Gerth e C. Wright Mills em seu trabalho intitulado “Charácter y Estructura Social”. (1).

Nosso trabalho, que se insere em tal quadro teórico, tratará de estudar as formas específicas de relacionamento entre as estruturas familiares e a ordem institucional econômica, vistas ambas como partes de uma estrutura social global considerada como um sistema estratificado. A idéia mais geral a ser ana-

(1) Hans Gerth and C. Wright Mills — Charácter y Estructura Social. Editorial Paidós Buenos Aires.

lisada aqui é a tese funcionalista, frequente entre alguns sociólogos atuais, de que a família conjugal, com as características que estudaremos adiante, é o tipo de unidade familiar que se *ajusta mais perfeitamente* a um sistema social relativamente aberto tal como o que apresenta a sociedade industrial moderna, caracterizada principalmente por altas taxas de mobilidade vertical e horizontal.

Colocado o problema em outros termos, a tese funcionalista básica postula a existência de uma pauta geral de ajustamento funcional tal como a define Gino Germani (2), entre o sistema industrial moderno e a família conjugal ou, para usar uma outra linguagem analítica, a existência de uma sincronia interinstitucional entre a ordem familiar e o sistema econômico (3).

A análise estrutural-funcional, que aqui iremos estudar criticamente, implica uma maneira particular de perceber o mundo sócio-cultural: entendê-lo como um conjunto de “partes” relacionadas entre si. A próxima etapa será examinar de que maneira podemos conceber êste interrelacionamento. A hipótese mais geral a êsse respeito é que cada “parte” está vinculada a todo o resto de modo que modificar qualquer delas significa modificar também — em maior ou menor medida — tôdas as demais. Será necessário insistir porém, tal como o faz Germani, no caráter *metodológico* de tal postura: trata-se de uma hipótese e o propósito mesmo da análise consiste em verificá-la e estabelecer a natureza e a intensidade do interrelacionamento existente.

Será também necessário especificar os tipos de interrelacionamento que se podem dar entre as partes de uma estrutura social global. A propósito, é possível ao analista distinguir três tipos básicos:

- (2) Germani, Gino — Política y Sociedad en Una Época de Transición. Editorial Paidós Buenos Aires, 1965.
- (3) Heintz, Peter — Anomia individual anomia colectiva y anomia interinstitucional. ANALES DE FLACSO, N° 1. Santiago de Chile. Ramírez, Eduardo M. — La Asincronía Institucional Economía-Educación. I ANALES DE FLACSO, N° 1, Santiago de Chile.

- (1) Interrelacionamento em base a simples *interdependência* das “partes”.
- (2) Interrelacionamento como *ajustamento recíproco* das partes.
- (3) Interrelacionamento como *ajustamento das partes* da estrutura global a um valor, ou sistema de valores centrais, que caracteriza a própria estrutura da sociedade global.

No caso específico de nosso artigo, interessa-nos apenas detalhar um pouco mais a segunda forma de relacionamento. Neste nível a hipótese afirma muito mais do que uma simples interdependência: afirma que entre tôdas as partes da estrutura há uma *interdependência funcional* e que esta funcionalidade pode ser de caráter positivo ou negativo, porquanto poderá assegurar o bom funcionamento, ajustamento ou eventual desenvolvimento da estrutura global (ou parcial) ou, por outro lado, o mau funcionamento ou desajustamento. Isto mostra de modo claro o elemento valorativo implícito na hipótese de interrelacionamento como ajustamento recíproco e o seu uso deve ser feito com muitos cuidados (4).

O ponto de vista clássico, e corrente entre os funcionalistas, parece estar sintetizado de modo bastante concreto em algumas afirmativas de Talcott Parsons de que existe uma disfuncionalidade entre o tipo de estrutura familiar extensa e uma sociedade com altas taxas de mobilidade. Em alguns trabalhos como “A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification” (5) e “The Social Structure of the Family” (6),

- (4) Consulte-se por exemplo, Merton, Robert K. — Social Theory and Social Structure Free Press, 1959. Também: Marion Levy Jr. The Structure of Society, Princeton University Press, 1959. S. F. Nadel — Theory of Social Structure. Free Press, 1957. George P. Murdock — Social Structure, MacMillan, 1959.
- (5) Talcott Parsons — “A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification”, in S. M. Lipset and R. Bendix — Class, Status and Power. Free Press.
- (6) Talcott Parsons — “The Social Structure of the Family”, in Ruth Anshen The Family: Its Functions and Destiny.

por exemplo, Parsons assinala que “esta unidade de parentesco (a família conjugal) está interrelacionada com requisitos funcionais de nosso tipo de sistema ocupacional”.

Nos mesmos trabalhos afirma ainda Parsons que “o ponto mais notável do nosso sistema de resistência, comparado a outros tipos de sociedade, é a sua alta mobilidade a tal ponto que a comunidade de resistência tende a ser determinada sobretudo pelo papel ocupacional mais do que vice-versa”. Ou, mudando de perspectiva, é ainda afirmativa de Parsons que “o significado funcional primário da família conjugal é manter integridades certos estilos de vida, regular o equilíbrio de personalidade de seus membros e socializá-los dentro das pautas culturais existentes”.

É extremamente difícil aceitar sem extremas reservas as afirmativas do grande sociólogo norte-americano, ainda que tais afirmativas possam parecer bastante sugestivas a um exame menos cuidadoso de suas consequências.

Em primeiro lugar, devemos examinar em que sentido Talcott Parsons fala sobre o “nosso sistema”. Quer dizer com isto o sistema social que se realiza historicamente nos Estados Unidos de hoje? Se é assim, sua afirmativa sofre de grave defeito historicista pois carece da generalidade espacio-temporal necessária a qualquer hipótese científica podendo facilmente resvalar para incluir elementos valorativos, principalmente de natureza ideológica.

Se por outra parte, quer Talcott Parsons referir-se ao sistema urbano-industrial moderno, e talvez seja principalmente êsse o sentido de sua hipótese, devemos advertir ao leitor a extrema dificuldade em demonstrar a similitude real entre os distintos sistemas industriais histórica e atualmente existentes. Intento dos mais sérios nesse sentido, o estudo de Reinhardt Bendix e Seymour M. Lipset intitulado “Movilidad Social en la Sociedad Industrial” (7) que trata de demonstrar uma certa

(7) Reinhardt Bendix and Seymour Martin Lipset — Movilidad Social en la Sociedad Industrial. Eudeba. Buenos Aires.

equivalência entre as taxas de mobilidade social de diversas sociedades industriais modernas, aporta muito poucas evidências concludentes e padece de algumas falhas metodológicas.

Por outro lado, ao atribuir certos “significados funcionais primários” à família conjugal, ponto que examinaremos posteriormente, Parsons revela uma profunda tendência ao subjetivismo, talvez resultante da enorme influência weberiana em sua forma de pensar sociologicamente.

É, além disso, também fortemente “impressionista” a afirmativa de Parsons de que a comunidade de residência tende a ser determinada sobretudo pelo papel ocupacional. Isto por dois motivos: primeiro porque seria fazer um reducionismo bastante perigoso da estrutura motivacional dos atores sociais com respeito à escolha de residência e em segundo lugar porque é bastante difícil explicar tal “determinismo ocupacional” sem referência concreta a níveis de desenvolvimento industrial, dado que variam também os mercados de trabalho. Por outra parte, faltam dados estatísticos ou de pesquisas nos escritos de Parsons que comprovem rigorosamente tal hipótese.

Será conveniente agora, antes de seguir adiante, explicar que estamos trabalhando principalmente com os estudos de Talcott Parsons em virtude de que êste autor, apesar de tudo, nos parece o que mais coerentemente representa a postura funcionalista a respeito do problema e que de um ou de outro modo é também defendida por Murdock, Nadel e outros. No entanto, o objeto particular do nosso artigo é a hipótese funcionalista e em nenhum momento pensamos exclusivamente em fazer a crítica dêsse ou de outro qualquer autor.

Além disso, muitas dessas hipóteses serviram de ponto de partida para uma série de pesquisas que, de uma ou de outra forma, buscam demonstrar se é realmente a família conjugal o tipo modal e o mais funcional nas sociedades industriais modernas.

O objetivo principal dessas pesquisas tem sido, quase sempre, demonstrar o estreito relacionamento existente entre características das unidades de família conjugal e certos aspectos do

sistema industrial como por exemplo suas altas taxas de mobilidade vertical e horizontal, de um lado, bem como tratar de especificar o grau de isolamento ou de ajustamento da estrutura família com respeito à estrutura social global de outro.

Antes de entrar a discutir pròpriamente o objeto central de nosso ensaio pensamos ser conveniente especificar um pouco, estabelecendo desde logo um universo de discurso comum, as características dessas unidades de parentesco que denominamos "família conjugal". Isto será tanto mais necessário na medida em que tratemos de relacionar posteriormente estas características com o sistema industrial moderno, apresentando a teoria funcionalista.

William J. Goode, sociólogo do melhor conceito entre os modernos estudiosos da família, caracteriza a "família conjugal" por cinco aspectos fundamentais que, resumidamente, apresentaremos aqui.

Em primeiro lugar, a família conjugal se caracteriza pelo fato de que uma ampla quantidade de parentes, consanguíneos e afins, é excluída de sua estrutura interna de poder cabendo apenas aos cônjuges o poder de decidir os assuntos familiares. Isto significa concretamente que os direitos do casal com respeito aos parentes, e seus deveres em contrapartida, se reduzem drasticamente. Por outro lado, sua estrutura, em termos de papéis, fica reduzida a apenas quatro "conjuntos de papéis" (role-set).

Outra característica básica desses grupos familiares é exatamente o que poderíamos chamar de "neolocalidade". Esta se define pelo fato de que cada nôvo casal que se constitui deixa o lar paterno e passa a residir em local fisicamente distinto.

Também caracteriza a família conjugal o fato de que se estabelece um sistema multilinear de parentesco, onde se atribui igual importância a tôdas as linhas de parentesco ou, para dizê-lo mais corretamente, onde nenhuma importância é atribuída a qualquer dessas linhas.

Outras duas características fundamentais completam o quadro: o "privatismo" na escola do cônjuge, assunto sôbre o

qual os parentes deixam de exercer qualquer contrôlo, e o fundamento da família em bases de tipo emocional ou afetivo (8).

Estas características, por certo, apresentam um caráter de modelo mais ou menos "ideal" de família conjugal e de acôrdo com a tese funcionalista que pretendemos estudar se ajustariam perfeitamente a certos aspectos do sistema industrial moderno.

Definidas porém as características básicas da unidade de parentesco a que denominamos família conjugal trataremos em seguida de examinar as pautas de relacionamento entre este tipo de família e o sistema industrial moderno dentro do esquema teórico funcionalista. Feito isto, passaremos a discutir a validade de tal esquema, problema por si mesmo complexo dado que os "juízos de funcionalidade" frequentemente utilizam modelos ideais.

O sistema industrial moderno pode ser caracterizado, de um ponto de vista estritamente sociológico, pelo fato de que se fundamenta em valores de tipo universalista e na idéia de desempenho dentro das estruturas organizacionais, em termos de eficiência-eficácia.

Dentro do esquema analítico dos funcionalistas, a esta característica do sistema industrial moderno se ajustaria perfeitamente o primeiro dos elementos tipificadores da família conjugal dado que as pessoas que detêm o contrôlo das oportunidades ocupacionais — os "decisions-makers" — estariam totalmente livres de travas familiares, de caráter nitidamente particularista, e poderiam colocar nos postos oferecidos pelo sistema as pessoas mais qualificadas de preferência a parentes seus.

Êste argumento aparentemente lógico dos funcionalistas carece de maiores evidências empíricas e dificilmente poderia ser aceito sem reservas, pois mesmo em sociedades industriais altamente desenvolvidas é possível ao pesquisador identificar certas rêdes familísticas que controlam o mercado ocupacional (9).

(8) William J. Goode — *The Family*. Prentice-Hall — New Jersey.

(9) Consulte-se, por exemplo, C. Wright Mills — *A Elite do Poder*. Zahar Editôres. Rio de Janeiro.

Outro ponto frequentemente indicado e sôbre o qual insistem os funcionalistas é o fato de que a "neolocalidade" da família conjugal se ajusta perfeitamente ao fato de que o sistema industrial moderno apresenta altas taxas de mobilidade geográfica. Tal mobilidade debilitaria a autoridade familiar tendendo a diminuir a frequência e a intensidade dos contactos intrafamiliares, e por êste motivo uma família de tipo extenso seria antitética com o sistema industrial e é neste sentido que se fala de um ajustamento entre a família nuclear e tal tipo de sistema.

De outro lado, segundo os escritores funcionalistas, a biniaridade do sistema familiar conjugal contribuiria para manter o sistema de classes mais ou menos fluido evitando que a riqueza nacional se concentrasse em poder de umas poucas pessoas. Evidentemente o argumento resulta de uma forma super-simplificada de análise do sistema de classes e de seus "mecanismos de equilíbrio": por certo tal tipo de estrutura familiar contribui para uma maior abertura de sistema de classes, sem ser contudo o único meio ou nem sequer o mais importante entre os diversos mecanismos que possibilitam esta abertura.

Finalmente apontam os funcionalistas o fato de que a maior diferenciação social e especialização de funções que caracterizam a moderna sociedade industrial corresponderia, em termos de ajustamento funcional, à limitação e à perda progressiva de funções da família conjugal. Esta, como unidade de solidariedade difusa contribuiria de modo fundamental para restabelecer o equilíbrio psicológico de seus membros uma vez que o sistema industrial é fortemente destrutor.

Tal postura é, ao nosso ver, bastante vulnerável dado que omite os conflitos e tensões estruturais que se geram dentro da própria unidade familiar, ponto êste que examinaremos mais adiante.

Êstes parecem ser os pontos fundamentais da teoria funcionalista com respeito ao problema. O ponto que é, entretanto, mais enfatizado pelos funcionalistas, Parsons especialmente, é a antítese existente entre o sistema industrial moderno e a fa-

mília extensa, em virtude das altas taxas de mobilidade social e especial que correspondem a requisitos funcionais do primeiro.

Tratamos de ver, resumidamente, como o problema é posto no esquema teórico funcionalista.

O sistema familiar fundado em pequenas unidades de parentesco, cada uma com seu ambiente físico individualizado, facilita extremamente o processo de mobilidade social, uma vez que a complexa e integrada rede de relações familiares que existe nas chamadas "sociedades tradicionais" entre famílias pertencentes aos estratos sociais mais altos e que poderia impedir ou ao menos dificultar bastante o fluxo para cima de famílias móveis dos estratos mais baixos deixaria de existir.

Além disso, a limitação das obrigações com respeito aos parentes, que caracteriza fundamentalmente a família conjugal, possibilita ao indivíduo mudar mais facilmente de estilo de vida, costumes, valores, etc., para ajustar-se à sua nova posição de classe, ou ao seu novo status.

De outra parte, o processo de mobilidade social contribui para romper as pautas de autoridades existentes na família extensa e tem servido para diferenciar os indivíduos dentro de uma mesma família, o que evidentemente irá alterar as formas de interação entre parentes, aspecto êste que examinaremos posteriormente.

Apresentados os aspectos fundamentais da teoria funcionalista sôbre a família, trataremos em seguida de estudar criticamente alguns desses pontos, voltados porém, habitualmente, para dados de pesquisas empíricas.

O exame rigoroso da postura funcionalista clássica requereria aqui uma análise exaustiva tanto da teoria das classes sociais como das pautas de eficiência organizacional do sistema industrial, pontos aos quais está intimamente conectada toda a teoria do ajustamento funcional entre o sistema industrial moderno e a família nuclear. Seria, para falar de modo mais amplo, realizar um estudo crítico de toda a teoria funcional, o

que escapa inteiramente aos objetivos do presente artigo. Assim pois, examinaremos aqui apenas alguns pontos específicos da teoria do ajustamento funcional aplicada à família.

Os materiais com que trabalhamos estavam dispersos aqui e ali, em artigos e notas que fomos reunindo ao correr do tempo, de onde decorre uma certa falta de unidade expositiva, o que somos os primeiros a reconhecer.

A hipótese funcionalista de que um tipo de família extensa seria antitético ao sistema industrial moderno é particularmente questionada, em virtude dos seus próprios pressupostos. Fundamenta-se tal hipótese em dois pressupostos básicos: a importância do "status associativo" e a socialização diferencial entre "strata" ocupacionais.

O primeiro destes pressupostos afirma implicitamente que o status está íntima e principalmente associado à posição que o indivíduo ocupa na estrutura ocupacional, e também que, sendo o status adquirido associativamente, a pessoa "perderá status" se continuar associado a uma família extensa de status baixo. O argumento é falho por dois motivos e significa admitir aprioristicamente o predomínio de uma esfera institucional — a ocupacional — sobre as demais, o que é contrário à própria teoria geral do ajustamento funcional entre as diversas ordens institucionais (10) ao mesmo tempo que se afirma, sem apresentar dados, que a *associação* seria o canal de mobilidade ascendente ou descendente mais importante, ou pelo menos mais efetivo.

O segundo pressuposto, onde se postula que existem diferenças extremas de socialização entre indivíduos pertencentes a diferentes estratos ocupacionais, significa em sua forma simples que a mobilidade social levaria a diferentes experiências de socialização que tenderiam a romper as relações de parentesco na família extensa. Contrariamente a êste postulado se poderá constatar que, em virtude do melhoramento do sistema educacional, do melhoramento geral dos níveis de vida e do

(10) Germani, Gino — Política y Sociedad en Una Epoca de Transición, cit.

desenvolvimento acentuado dos meios de comunicação de massas ("mass-media"), as diferenças de socialização se atenuam fortemente e dificilmente seriam tão extremas ao ponto de romper as relações de família extensa.

Além disso, como bem o mostra Eugene Litwak em artigo publicado na "American Sociological Review", a relação curvilínea postulada por Parsons de que os indivíduos ocupacionalmente móveis recebem um número menor de visitas de parentes (da família extensa) que os indivíduos ocupacionalmente estáveis, não é confirmada por dados empíricos. Pelo contrário, o artigo de Litwak a que nós referimos revela que mesmo dentro de uma sociedade industrial altamente desenvolvida se dão amplas relações de "família extensa", relações essas que se desenvolvem por diferentes fontes institucionais e que, como consequência, não dependem da proximidade geográfica ou ocupacional para sua inteira viabilidade (11).

Consequentemente, mesmo admitindo simplesmente para argumentar que a família extensa de tipo tradicional seja disfuncional para uma sociedade moderna, industrial, os dados empíricos disponíveis parecem indicar a existência de um tipo de "família extensa modificada", segundo a expressão de Litwak, o que aparece como uma evidência contrária à hipótese funcionalista clássica sobre a família conjugal ou nuclear.

Outro elemento que contribui para refutar o ponto de vista funcionalista é o fato de que muitos dos estudos que servem de base a esta teoria, os trabalhos do grupo Warner por exemplo, padecem de alguns defeitos metodológicos fundamentais. Entre êstes, em primeiro lugar, o fato de que a técnica antropológica de abordagem que utilizam é muito pouco adequada ao estudo de sociedades urbanas modernas e, por outro lado, o tipo mesmo de comunidades que estudam é pouco representativo de comunidades urbanas-industriais. Também a êsse respeito, o fato de que o foco principal de análise de tais estudos têm sido certos grupos étnicos e grupos de classe baixa com

(11) Eugene Litwak — Occupational Mobility and Extended Family Cohesion. American Sociological Review. I, 25.

suas relações baseadas no tipo de família extensa tradicional e não famílias extensas modificadas (12).

Dentro da teoria funcionalista sobre a família, e principalmente no quadro teórico parsoniano, parece-nos aceitável apenas o fato de que a família extensa tradicional é disfuncional para o sistema industrial, quando se condiciona tal disfuncionalidade à etapa inicial do processo de desenvolvimento industrial. Isto se explica pelo fato de que o sistema ainda não desenvolveu nessa fase meios institucionais que permitam, por exemplo, relações do tipo de família extensa modificada. Por outro lado, e isto é o que estamos tratando de demonstrar, parece ser inteiramente inexato concluir disto que a família conjugal seja o tipo “mais funcional” ao sistema.

Tratemos de mudar um pouco o foco de nossa análise e examinemos o problema da hipótese funcionalista clássica sob um ponto de vista lógico.

A hipótese geral dos funcionalistas, e que frequentemente aparece vestida com roupagens novas, postula basicamente uma interdependência funcional entre um tipo de sistema técnico-econômico — o moderno sistema industrial — e um tipo específico de família, a família conjugal, como forma de organização e unidade de parentesco.

Apresentada em sua forma lógica mais simples a hipótese funcionalista poderá ser formulada da seguinte maneira: B é feito de A, se A e B apresentam uma interdependência funcional (13).

Tratando de aplicar isto ao problema que estamos examinando, poderemos dizer que se o sistema industrial moderno (A) e a família conjugal (B) apresentam uma interdependência funcional, então a família conjugal (B) é um efeito do sis-

- (12) Sobre as falhas metodológicas desses estudos, consulte-se por exemplo, Ruth Kornhauser — *The Warner Approach to Social Stratification*, in Lipset and Bendix, *Class Status and Power*. Free Press.
- (13) “The difference between a functional and a nonfunctional formulation is one of selective emphasis; is it quite comparable to the difference between saying that B is effect of A, and saying that A is the condition (or cause) of B”. Ernest Nagel, *An Introduction to Logic*.

tema industrial (A). Isto porque, do ponto de vista lógico, “the term ‘functional consequence’ may be read as ‘necessary and sufficient cause’, while ‘functional interdependence’ is the equivalent of ‘sufficient cause alone’” (14).

Tôda a evidência empírica reunida em diversas pesquisas sociológicas e antropológicas é, entretanto, contrária a isto em dois sentidos: tanto há exemplos de família conjugal sem um processo concomitante de industrialização, quanto exemplos em sentido inverso, isto é, de industrialização sem o surgimento de um tipo de família nuclear.

Em excelente artigo sobre “Industrialization and the Family in Sociological Theory”, Sidney Greenfield nos apresenta um ilustrativo e interessante exemplo do primeiro caso, ao estudar a pequena ilha de Barbados.

O pesquisador aí descobre, e será bastante sugestiva a leitura do artigo de Greenfield, que a família conjugal aí aparece como forma elementar de organização social, sem que haja qualquer processo equivalente de industrialização (15). Dito isto claramente, está presente aqui o “efeito”, sem que também esteja presente a “causa” o que se constitui em forte evidência contrária à hipótese funcionalista.

Também Erwin Johnson, em artigo intitulado “The Family and Its Extensions in Modern Japan”, apresenta dados contrários à teoria funcionalista. Neste caso porém, o exemplo é em sentido inverso, isto é, industrialização sem o consequente aparecimento de um tipo de família conjugal: “modern Japan provide us an example of both industrialization and urbanization with a family order other than the small nuclear form” (16).

Exemplo semelhante é proporcionado por Philip Carigue ao estudar as relações de parentesco entre os franco-canadenses sob condições de vida urbana.

- (14) Ernest Nagel — *An Introduction to Logic*. Consulte-se também, do mesmo autor, *Logic Without Metaphysics*.
- (15) Sidney Greenfield — *Industrialization and the Family in Sociological Theory*. *American Journal of Sociology*, nr. 67.
- (16) Erwin Johnson — “The Stem Family and Its Extensions in Modern Japan”. Papper at the annual Meeting of the American Anthropological Association. Minnesota. pp. 13 e segs.

Evidências adicionais são apresentadas nesse artigo que nos permitem questionar a hipótese de interdependência funcional e causalidade implicada entre a tecnologia urbano-industrial e a pequena família nuclear, o que por certo desafia posições geralmente aceitas onde se utilizam formulações dia-crônicas de eventos sócio-culturais (17).

A evidência dos dados empíricos mostra, indiscutivelmente, que uma ampla variedade de formas familiares pode servir, usando a linguagem dos funcionalistas, como “alternativas funcionais” para a pequena família nuclear nos sistemas urbano-industriais.

Outros elementos, no entanto, podem ser apresentados na crítica da posição funcionalista clássica. Antes de tudo, é preciso observar — como o faz com muita precisão William J. Goode — que tais hipóteses unifatoriais utilizam como elemento causal-explicativo um conceito tão inclusivo — a industrialização — que é capaz de “explicar” praticamente qualquer coisa (18).

Falta exatamente à teoria funcionalista clássica o que se exige de qualquer teoria científica: a determinação precisa e rigorosa das variáveis envolvidas no processo de análise.

Não há, nas formulações funcionalistas, uma especificação dos fatores do processo de industrialização que afetam os processos de transformação da estrutura familiar ou, por exemplo, uma análise mais profunda sobre os aspectos da família em que tais fatores têm maior incidência.

Por outro lado, ao propor uma pauta de ajustamento entre o sistema econômico e a família, a teoria clássica fecha a possibilidade de uma assincronia, em termos de valores culturais, entre as distintas unidades familiares dentro de um mesmo contexto.

(17) Phillip Garigue — “French-Canadian Kinship and Urban Life”. *American Anthropologist*, LVIII, 1956.

(18) William J. Goode — *The Family*. Prentice-Hall. New Jersey. Cap. 10.

Paralelamente a êsses argumentos de natureza teórica deveremos examinar ainda alguns fatores de rutura e conflito entre o sistema industrial e a família nuclear, o que evidentemente fortalece a nossa posição contrária à hipótese funcionalista.

O primeiro aspecto a examinar, e que sem dúvida se constitui em um ponto de rutura bastante forte entrar as duas ordens institucionais, é o fato de que o sistema industrial moderno passou a oferecer à mulher a oportunidade de desempenhar papéis ocupacionais e ter renda independente, sem haver contudo desenvolvido suficientemente mecanismos institucionais que liberem a mulher das tarefas caseiras e do cuidado dos filhos, problema que ainda se torna mais acentuado nas fases iniciais do processo de industrialização.

Em segundo lugar, não é certo que, tal como pretendem os funcionalistas, as normas relativamente universalistas do sistema industrial tenham destruído a complexa rede de relações entre as famílias dos estratos altos que impede ou ao menos dificulta o fluxo de pessoas ascendentemente móveis, pois tais estratos altos controlam sem dúvida a produção de novas oportunidades ocupacionais e frequentemente as utilizam em seu próprio benefício, problema êste que levantamos no início dêste artigo.

Fundamentariam facilmente tal afirmativa os estudos de Robert K. Merton sobre “pautas de homogamia” e os de Melvin Kohn sobre “comportamento diferencial segundo classes sociais na relação pais e filhos” (19).

Outro ponto de rutura a ser indicado aqui reside no fato de que o sistema industrial moderno também ainda não desenvolveu suficientemente instituições capazes de substituir adequadamente a família com respeito ao cuidado dos órfãos e dos anciãos, ao lado do fato de que o sistema também não “resolve

(19) Robert K. Merton — “Intermarriage and Social Structure: Fact and Theory”, in William J. Goode — *Readings on the Family and Society*. Prentice-Hall New Jersey. Também Melvin Kohn — *Social Class and Parent-Child Relationship. An Interpretation*. *American Journal of Sociology*. LXVIII, 1963.

adequadamente” as roturas e desequilíbrios estruturais causados pelo divórcio ou pelo desquite.

Estas considerações, fundadas em materiais disponíveis na teoria e na pesquisa sociológicas, levam-nos a rejeitar a hipótese funcionalista clássica de uma simples pauta de ajustamento entre o sistema industrial moderno e a família conjugal isolada, dado que tratamos com variáveis que são, ao nosso ver, independentes ainda que profundamente interrelacionadas.

As relações entre a esfera institucional econômico-ocupacional e a esfera familiar se explicam, e todo o objetivo de nosso trabalho foi mostrar êste fato, através de fatores múltiplos de natureza sócio-cultural e psicológica extremamente complexa, posição esta mais compatível com o caráter mesmo da relação, problema que esperamos examinar em artigo futuro.

Alguns aspectos sôbre a educação na Califórnia

ITAMAR DE ABREU VASCONCELOS

I — *Introdução:*

Em outubro e novembro de 1969, graças a uma bolsa concedida pela USAID, participamos de um programa de treinamento em administração escolar, como integrante de um grupo de 13 brasileiros que foram observar a educação na Califórnia. Todos os participantes estavam ligados ao ensino médio, como membros de Conselhos Estaduais de Educação, Diretores de Departamentos de Educação Média ou de Escolas Secundárias, pesquisadores e planejadores educacionais.

Dêsse modo o programa enfatizou o estudo da *High School*, promovendo seminários sôbre vários aspectos dessa instituição e visitas minuciosas a diversas escolas. No presente informe tentaremos transmitir algumas observações feitas durante o citado treinamento.

II — *O Sistema Escolar da Califórnia:*

Nos Estados Unidos a organização do ensino é completamente descentralizada. Cada um dos 50 Estados da Federação é livre para manter seus planos de administração escolar.

Existe, no entanto, pontos de semelhança na organização escolar adotada pelos vários Estados.

Entre os pontos comuns, podemos citar: a obediência à lei que estipula os direitos civis; o financiamento do Governo Federal, na ordem de 8% da receita da União, para custear